



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023

No dia 14 de setembro de 2023, na modalidade telepresencial, via Plataforma *Teams*, foi realizada a Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti).

Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: **Representantes do Governo Federal:** Roberto Padilha Guimarães e Luiza Carvalho Fachin, representantes titular e suplente respectivamente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Anne Caroline Luz Grudtner da Silva, representante titular do Ministério da Saúde (MS); Ana Carla Costa Rocha, representante titular do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Tereza Santos Farias, representante suplente do Ministério da Educação; **Representantes dos Trabalhadores:** Telma Maria Cardia e Iara Alvarenga Freire, representantes titular e suplente respectivamente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Maria das Mercês Silveira Coutinho, representante titular da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Cristiana Paiva Gomes, representante titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Joélia Rodrigues dos Santos Aguiar, representante suplente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil; Jéssica Marques de Rezende, representante titular da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) **Representantes dos Empregadores:** Alessandra Dias da Cruz, representante titular da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Carolina Carvalhais Vieira de Melo, representante titular da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Raíssa Macedo Lacerda Osório, representante titular da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Wilson Correa de Araújo Neto e Lucas Marinho Lima, representantes titular e suplente respectivamente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI); Joicy Damares Pereira, representante titular da Confederação Nacional de Saúde (CNSaude); Jéssica Marques Rezende, representante titular da Nova Central de Trabalhadores (NCST); **Representante do Sistema de Justiça:** Luísa Carvalho Rodrigues e Cláudia de Mendonça Braga Soares, representantes titular e suplente respectivamente do Ministério Público do Trabalho (MPT); **Representantes da Sociedade Civil Organizada:** Katerina Volcov e Antônio Carlos de Mello Rosa, representantes titular e suplente respectivamente do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI); Marta Volpi, representante titular do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); **Convidados Permanentes:** Maria Cláudia Falcão, representante titular da Organização Internacional do Trabalho (OIT); **Demais convidados:** Teresa Melo, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Abertura: O Sr. Roberto Padilha Guimarães inicia a reunião e ressalta que o primeiro ponto que gostaria de tratar é o da aprovação da agenda do dia. O primeiro item da agenda é a aprovação da ata da primeira reunião ordinária da Conaeti, que ocorreu em 13 de junho. O segundo ponto é a definição dos grupos de trabalho para elaboração da



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

44 proposta do 4º Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do
45 Fluxo Nacional de Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho
46 Infantil e que, por último, vão tratar sobre a Recomendações do Conanda sobre o
47 trabalho infantil. Em seguida, indaga se alguém tem alguma questão sobre a agenda
48 daquele presente momento. Como ninguém se manifestou deu como aprovada a
49 agenda e inicia o primeiro ponto comentando que a ata fora encaminhada há bastante
50 tempo para todos se manifestarem e que só teve um pequeno pedido de retificação por
51 parte do Ministério Público do Trabalho, algo meramente material, que já havia sido
52 falado com a Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos e que já foi alterado, algo que não
53 altera a essência e que não receberam mais manifestações sobre a ata. Ele diz que antes
54 de colocar para a deliberação a questão da ata, ele precisa confirmar quem é a Sra.
55 Teresa Mello que está na reunião.

56 A Sra. Teresa Melo cumprimenta todos e diz que não se apresentou no começo da
57 reunião para não atrapalhar e explica que é a substituta da Sra. Andreia Figueira
58 Minduca, que é a suplente do Ministério dos dos Direitos Humanos e da Cidadania, não
59 pôde comparecer à reunião por conta de conflitos de agenda e pediu que ela
60 comparecesse em seu lugar.

61 O Sr. Roberto Padilha Guimarães fala ok e, em seguida, dá boa tarde para a Sra. Maria
62 Cláudia Falcão e pergunta para a Sra. Teresa Melo quem é a suplente da Sra. Andreia
63 Figueira Minduca.

64 A Sra. Teresa Melo responde que a Sra. Andreia Figueira Minduca é a suplente e que a
65 titular é a Secretária Nacional, que se chama Isadora e explica que ela está substituindo
66 a Sra. Andreia Figueira Minduca, que está ausente e que a Secretária também não pôde
67 comparecer e pediu para que ela participasse da reunião.

68 O Sr. Roberto Padilha Guimarães esclarece que, sobre as alterações de representantes,
69 há um *gap* de burocracia e que estão tentando superar dentro do Ministério do
70 Trabalho, em termos de pedido de substituição de membros permanentes e que isso
71 aconteceu, por exemplo, com a CNA há pouco tempo. Explica que, no momento em que
72 chega o pedido, já consideram como alteração para não haver prejuízo nas reuniões e
73 ressalta que o problema é que como não houve um pedido oficial do Ministério dos
74 Direitos Humanos e da Cidadania, e que, portanto, a votação da Sra. Teresa Melo ficará
75 prejudicada e ela ficará como convidada.

76 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que o primeiro ponto de pauta a ser
77 deliberado é sobre a aprovação da primeira ata e pergunta se há algum comentário ou
78 alguma questão. Como ninguém se manifestou, foi dada como aprovada a ata da
79 primeira reunião ordinária da Conaeti realizada em 13 de junho e que o outro ponto que
80 ele queria ressaltar também é que estão providenciando a atualização do *site* do
81 Ministério do Trabalho para incluírem todas as atas e todos os documentos e que essa



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

82 primeira ata já será incluída juntamente com os demais documentos como portarias de
83 nomeação, o Regimento Interno quando for publicado, tudo estará lá.

84 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passa para o segundo ponto de pauta, que é a definição
85 dos grupos de trabalho e que vão começar pelo grupo de trabalho do fluxo nacional de
86 atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Ele comenta
87 que, antes de começar a conversar, gostaria de esclarecer as regras dos grupos de
88 trabalho: conforme o Regimento Interno aprovado somado com parte que está no
89 Decreto, os grupos são compostos por 11 integrantes no máximo, membros da Conaeti
90 e que os convidados não contarão para os grupos de trabalho. Ele esclarece que
91 eventuais convidados que forem chamados como, por exemplo, a Organização
92 Internacional do Trabalho para dar suporte técnico, também não vai contar dentro
93 desses onze e nem eventuais grupos participantes, e que, portanto, estão falando só dos
94 membros da Conaeti, daqueles que estão na Portaria. Esse é então o primeiro ponto
95 que ele gostaria de ressaltar e que o segundo ponto é a questão do caráter temporário
96 dos grupos de trabalho, não superior a sessenta dias, prorrogável por igual período, mas,
97 como já tinham conversado na outra reunião, já sabem que essa norma vem do Decreto,
98 e que, operacionalmente, principalmente, em relação ao plano nacional vai exceder esse
99 prazo, mas que podem prorrogar para mais sessenta dias e depois reinstaurar o grupo de
100 trabalho sem problema algum, pois é uma regra operacional e ela realmente tem que
101 ser operacional.

102 Em seguida, o Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que sobre a questão da limitação
103 de dois grupos de trabalho em operação simultânea, que foi aprovada no Regimento
104 Interno, e que o objetivo, então, é criar dois grupos de trabalho. Ele conclui que há,
105 portanto, três pontos a serem tratados: a composição dos grupos, o objetivo dos grupos
106 e o prazo, que ele acredita que serão sempre os prazos máximos.

107 O Sr. Roberto Padilha Guimarães então passa a tratar de cada ponto e explica que, sobre
108 a composição do grupo, fez uma análise da matriz lógica do plano nacional vigente em
109 relação às ações e constatou que há setenta e sete ações de governo, treze ações da
110 sociedade civil e ressalta que isso é como responsável e não como parceiro, pois, como
111 parceiro, o número de ações aumenta muito, tanto para sociedade civil, quanto para o
112 governo. Ressalta que está tratando só como o responsável pela ação e repete: governo,
113 setenta e sete; sociedade civil, treze; sistema de justiça, oito; entidade de trabalhadores,
114 dois; entidades de empregadores, uma ação. Com base nessa linha, ele propõe, como
115 composição do grupo de trabalho do fluxo nacional e considerando toda a política: seis
116 integrantes do governo, um da bancada dos trabalhadores, um da bancada dos
117 empregadores, dois da sociedade civil e um do sistema de justiça. Conclui que essa seria
118 a sua proposta para o GT do fluxo e que fecharia com o total de onze. Em seguida, abre
119 a palavra para a Sra. Katerina Volcov.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

120 A Sra. Katerina Volcov cumprimenta todos, todas e todes e pergunta para o Sr. Roberto
121 Padilha Guimarães se essa proposta serve para os dois grupos de trabalhos ou só para o
122 grupo de plano ou só para o grupo de fluxo ou para todos.

123 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que acha que primeiro podem tratar de cada
124 um dos grupos separadamente, mas que a sua proposta seria igual para os dois em
125 termos de composição.

126 A Sra. Katerina Volcov fala que entendeu e que era somente essa dúvida.

127 O Sr. Roberto Padilha Guimarães chama a Sra. Cláudia de Mendonça Braga Soares.

128 A Sra. Cláudia de Mendonça Braga Soares diz que tem uma dúvida, pois, no caso de
129 sistema de justiça, só haveria um integrante e pergunta se o TST poderia fazer parte
130 como convidado, assim como a OIT e se não computariam dentro dos onze que compõe
131 o GT.

132 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que a OIT já é convidada e que, tanto a OIT,
133 quanto o UNICEF, são convidados permanentes, que dão suporte técnico, e que,
134 inclusive, já teve uma conversa e que a Sra. Maria Cláudia Falcão se quiser, depois pode
135 conversar, e que vão dar suporte técnico nesses trabalhos, um suporte importante
136 nesses trabalhos e, colocando um histórico, eles já deram um suporte técnico nos planos
137 passados, nos trabalhos passados. Ressalta que a OIT é um convidado permanente e
138 que, inclusive, consta no próprio Decreto. Já o TST depende do grupo, e diz que acha
139 que seria dentro do grupo de trabalho e, que o grupo de trabalho, no seu entender,
140 pode ter liberdade total para chamar os atores que quiser ouvir e que se o grupo
141 entender que é necessário chamar o TST para tratar de um tema, ou de vários temas ou
142 de darem um auxílio técnico, ele não vê problema.

143 A Sra. Maria Cláudia de Mendonça Braga Soares o agradece e diz que era apenas uma
144 dúvida mesmo em relação a esse funcionamento.

145 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra para a Sra. Carolina Carvalhais Vieira
146 de Melo.

147 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo diz ao Sr. Roberto Padilha Guimarães que
148 entrou na reunião naquele momento, mas que entendeu perfeitamente que esse GT do
149 fluxo vai ter um representante do empregador e pergunta se está correto.

150 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que a proposta seria essa.

151 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo comenta que ela e os colegas das
152 Confederações vão precisar ter uma conversa entre eles para decidir quem vai participar
153 desses GTs e que gostaria de ver com o Sr. Roberto Padilha Guimarães e com os demais



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

154 membros, um prazo para essa definição, pois, provavelmente, vão precisar fazer uma
155 reunião entre eles para ver quem que irá participar desses GTS.

156 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que está perfeito e propõe fazerem o
157 seguinte: fechando os dois grupos de trabalho, podem deixar em ata o estabelecimento
158 de um prazo.

159 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo comenta que está certo.

160 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que foi bem observado e que serve tanto para os
161 trabalhadores, quanto para os empregadores, pois a situação vai ser igual. Em seguida,
162 pergunta se há consenso. Todos respondem que sim. Ele conclui dizendo que terão o
163 grupo de trabalho do fluxo nacional de atendimento de crianças e adolescentes e que
164 há um outro ponto a ser tratado que é o objetivo e que este seria a elaboração de uma
165 minuta do fluxo nacional de atendimento de crianças e adolescentes em situação de
166 trabalho infantil. E questiona se seria isso. Todos respondem que sim. Ele conclui que a
167 elaboração de uma minuta será então o objetivo desse GT e que será composto por seis
168 integrantes do governo, dos Ministérios, que são os representantes dos Ministérios; os
169 dos trabalhadores, irão estabelecer um prazo para indicação, assim como os
170 empregadores. Sociedade civil são os dois já integrantes e o sistema de justiça é o
171 Ministério Público do Trabalho. Quanto à questão do prazo, podem já estabelecer o
172 prazo máximo de sessenta dias, com possibilidade de prorrogação e que depois podem
173 reinstaurar os grupos. Em seguida, diz que gostaria de tratar do tema da coordenação do
174 grupo do fluxo nacional e que sugeriria uma pessoa que já estava trabalhando no GT do
175 fluxo anterior, e que, inclusive, que já tinham feito reuniões, já tinham iniciado os
176 trabalhos e que poderia ser retomado. Então, ele sugere para a coordenação desse
177 grupo, o Ministério do Desenvolvimento Social que já vinha coordenando o grupo
178 anterior nessa mesma temática. E pergunta se há consenso e se a Sra. Ana Carla Costa
179 Rocha está de acordo.

180 A Sra. Ana Carla Costa Rocha diz que sim, que estão de acordo e comenta que, inclusive,
181 o Sr. Francisco Coullanges Xavier estava à frente e que ele está bem entusiasmado em
182 poder retomar e que ela estará com ele. Comenta que ele está com uma pesquisa
183 recente com os estados e que possuem dados. Ela diz que gostariam de propor para esta
184 Comissão que os dois fiquem com essa coordenação e agradece.

185 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz excelente e fala para ela que a convocação das
186 reuniões e os impulsos dos trabalhos ficam com eles e pede para que sempre os deixem
187 a par para que possam acompanhar e registrar. Em seguida, pergunta à Sra. Maria
188 Cláudia Falcão se poderia contar com o apoio técnico para este trabalho.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

189 A Sra. Maria Cláudia Falcão diz que sim, mas que precisam ver como será a dinâmica
190 dessas reuniões, para que possam encaixar na agenda. Inicialmente, diz que sim e que
191 podem contar com o apoio técnico da OIT.

192 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradece e fala que, quanto ao GT do fluxo nacional de
193 crianças e adolescente seria isso, e que vão passar para o grupo de trabalho do plano
194 nacional. Em seguida, passa a palavra para o Sr. Wilson Correa de Araújo Neto que havia
195 levantado a mão.

196 O Sr. Wilson Correa de Araújo Neto diz que é somente uma dúvida e logo em seguida
197 cumprimenta todos. Ele diz que está bem claro, só que a dúvida paira exatamente sobre
198 a composição, nada em prejuízo da sugestão do Sr. Roberto Padilha Guimarães, só que
199 ele verificou que, de fato, os membros do governo estão completos, são seis, e que, com
200 relação aos trabalhadores e aos empregadores, há um detrimento da composição total
201 que seriam seis para cada um. Diz que tudo bem, não há problema, mas que o
202 questionamento é em relação a uma vez concluída essa proposta, ela será submetida à
203 plenária da Conaeti, onde, na ocasião, todos os membros, seja da sociedade civil,
204 trabalhadores, empregadores terão a oportunidade de também lançar os
205 questionamentos, dúvidas, aperfeiçoamentos e pergunta se é isso.

206 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que sem dúvida, com certeza e, para deixar
207 bem claro, diz que é o grupo de trabalho para elaboração de uma proposta.

208 O Sr. Wilson Correia de Araújo Neto pede para que o Sr. Roberto Padilha Guimarães
209 repita a composição.

210 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde: seis Ministérios, que já fazem parte da
211 Conaeti, um representante de trabalhadores, um representante de empregadores, o
212 Conanda, o Fórum Nacional, o Ministério Público do Trabalho e o apoio técnico da OIT.

213 O Sr. Wilson Correia de Araújo Neto diz ok e agradece.

214 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que quanto à questão do GT do IV Plano Nacional,
215 a composição, considerando as ações de cada um no plano, a sua proposta seria a
216 mesma composição e o objetivo seria a elaboração de uma minuta do Plano Nacional
217 de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e que já se sabe que algumas questões
218 do Plano Nacional se expandem e que, nas dinâmicas de trabalho, podem discutir
219 algumas coisas em plenário, à medida que o trabalho for desenvolvido, já podem discutir
220 algumas questões, se forem questões de direcionamento do trabalho, já podem ir
221 trabalhando. Mas que a ideia inicial era composição com as mesmas representações e o
222 objetivo é a elaboração da minuta do plano nacional e o prazo sessenta dias prorrogável.
223 Afirma que, com relação ao GT do plano nacional, o Ministério do Trabalho se coloca à
224 disposição para coordenar. Em seguida, pergunta se há consenso. Como houve
225 consenso, ele resume que o GT do IV Plano Nacional será composto por seis integrantes



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

226 do governo, um de trabalhadores, um de empregadores, sociedade civil, sistema de
227 justiça e OIT, que a elaboração da minuta do terá o prazo de sessenta dias e que a
228 coordenação fica com o Ministério do Trabalho. Em seguida, ele faz referência a uma
229 pergunta no *chat* e que é ótima a título de esclarecimento e afirma que, em relação às
230 representações de governo, sistema de justiça e entidade da sociedade civil,
231 naturalmente, a representação no GT é exercida por entidade e não por pessoa, então,
232 é o titular ou o suplente. Em relação aos trabalhadores e aos empregadores, pode haver
233 um entendimento: se querem uma entidade sindical como titular e outra como
234 suplente. E aí fica no entendimento dentro das entidades de trabalhadores e de
235 empregadores: se querem a mesma entidade como titular e suplente ou uma como
236 titular e outra como suplente.

237 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo pergunta se, nesses grupos de trabalho, eles,
238 como empregadores, terão um titular e um suplente.

239 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que sim.

240 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo pergunta se pode ser tanto dos trabalhadores,
241 quanto dos empregadores e se podem ser dois dos empregadores também.

242 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que sim novamente e que podem decidir se
243 serão entidades diferentes ou ainda exemplifica com uma hipótese em que a
244 representação fique com a CNA, suplência e a titularidade.

245 Após isso, o Sr. Roberto Padilha Guimarães pergunta às entidades sindicais, tanto de
246 trabalhadores, quanto de empregadores, qual seria um prazo razoável para a indicação
247 dos nomes. E afirma que faz essa pergunta até mesmo para já irem pensando em iniciar
248 os trabalhos.

249 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo acredita que o prazo de uma semana seria bom,
250 pois terão que fazer reuniões entre eles.

251 O Sr. Roberto Padilha Guimarães perguntou às entidades de trabalhadores se querem
252 uma semana também.

253 A Sra. Jessica Marques de Rezende responde que pensa ser suficiente. Afirma que viu
254 que a Sra. Telma Maria Cardia colocou no grupo os contatos e que vale a pena
255 conversarem e se reunirem na semana seguinte para fazer a indicação. Em seguida, ela
256 pergunta como poderia passar essas informações e se seria pelo grupo mesmo.

257 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que podem encaminhar por e-mail.

258 A Sra. Telma Maria Cardia pergunta quantas pessoas há na reunião representando os
259 trabalhadores, além dela e da Sra. Jéssica Marques de Rezende. Em seguida, pergunta
260 quem a Sra. Jéssica Marques de Rezende representa.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

- 261 A Sra. Jéssica Marques de Rezende responde que a Nova Central.
- 262 A Sra. Telma Maria Cardia afirma que representa a UGT e pergunta se há mais alguém.
- 263 O Sr. Roberto Padilha Guimarães informa que será colocado no *chat* o e-mail para
264 contato e para comunicação das representações.
- 265 A Sra. Luiza Carvalho Fachin comenta que, das Centrais, estão presentes a Sra. Cristiana
266 Paiva Gomes da CUT, a própria Sra. Telma Maria Cardia, pela UGT, a Sra. Jessica Marques
267 de Rezende, pela Nova Central Sindical e a Sra. Maria das Mercês Silveira Coutinho, pela
268 Central dos Sindicatos Brasileiros.
- 269 A Sra. Telma Maria Cardia comenta que está ótimo.
- 270 Em seguida, o Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra para a Sra. Maria das
271 Mercês Silveira Coutinho. Como o microfone da Sra. Maria das Mercês Silveira Coutinho
272 está com problemas, ele pede para a Sra. Luiza Carvalho Fachin colocar o e-mail de
273 contato no *chat*. Ele lê o e-mail: trabalhoinfantil@mtp.gov.br. Ele pergunta se o prazo
274 para envio das informações pode ser estabelecido até dia 25 de setembro. Todos
275 afirmam que sim. Em seguida, ele pergunta à Sra. Maria Cláudia Falcão sobre a questão
276 do apoio técnico para o Plano Nacional.
- 277 A Sra. Maria Cláudia Falcão diz que pode contar e que só é preciso ver como está sendo
278 pensada a dinâmica, o esquema, o número de reuniões, se será usada a plataforma, o
279 Monitorio 8.7, que é uma plataforma da OIT e do MPT. Ela acha interessante que, nessas
280 primeiras reuniões, estabeleçam a dinâmica de trabalho desses grupos.
- 281 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que, assim que encerrarem a reunião, poderão
282 começar a pensar nessas questões para tocar os trabalhos.
- 283 A Sra. Maria Cláudia Falcão diz que está ótimo.
- 284 O Sr. Roberto Padilha Guimarães acha que já foram superados os primeiros pontos de
285 pauta e que, antes do ponto a respeito da recomendação do Conanda sobre trabalho
286 infantil, há alguns requerimentos a serem deliberados: em primeiro lugar, ele lembra
287 que a próxima Reunião Ordinária da Conaeti será no dia 17 de outubro, por enquanto,
288 na modalidade híbrida, e que ele gostaria que refletissem se devem manter a
289 modalidade híbrida porque, em sua opinião, perde-se muito com relação aos debates e
290 às apresentações. Comenta que tem uma opinião pessoal de não manter reuniões
291 híbridas e que ele manteria as reuniões ordinárias presenciais e as extraordinárias,
292 telepresenciais. Ele também informa que a última reunião ordinária do ano de 2023 será
293 no dia 07 de dezembro e que se houver algum tema em pauta ou uma necessidade
294 podem marcar reuniões extraordinárias. Em seguida, ele pede um apoio especialmente
295 para o MPT, para o Fórum Nacional e para o Conanda no levantamento dos endereços



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

296 e contatos dos representantes daquelas entidades de adolescentes que constam no
297 Regimento Interno para poderem encaminhar os convites.

298 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues pergunta se pode ser encaminhado para o e-mail que
299 foi colocado no *chat*.

300 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde sim, exatamente para esse e-mail e declara
301 que o outro ponto que quer abordar é que houve o encaminhamento do Regimento
302 Interno aprovado no âmbito da Conaeti para a Conjur e para os trâmites internos do
303 Ministério do Trabalho até a publicação. Ele diz que há dois requerimentos com o
304 mesmo objeto: um requerimento do Ministério Público do Trabalho e outro do Tribunal
305 Superior do Trabalho. O requerimento do Ministério Público do Trabalho seria para a
306 participação de um representante da Polícia Rodoviária Federal nas reuniões ordinárias
307 da Conaeti e que existe um requerimento do TST, do Ministro Evandro Pereira Valadão,
308 para participação de um representante do TST, do Conselho Nacional da Justiça do
309 Trabalho e do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem
310 para sempre estarem nas reuniões ordinárias da Conaeti. Em seguida, comenta que,
311 como já foram resolvidos vários assuntos internos, gostaria de propor que assuntos mais
312 *interna corporis* da Conaeti fossem tratados nas reuniões extraordinárias, como possível
313 alteração do Regimento Interno, e, nas reuniões ordinárias, que fossem tratadas
314 questões mais diretamente relacionadas com a temática do trabalho infantil, como
315 algum projeto de lei ou outras questões. Dentro dessa perspectiva, ele tem a posição de
316 que, nas reuniões só de assuntos internos, não cabem convidados externos, e se assim
317 for, ele é a favor de que a Polícia Rodoviária e o TST sejam convidados para as reuniões
318 ordinárias da Conaeti. E justifica dizendo que a PRF já vem fazendo um trabalho
319 relacionado à exploração sexual de crianças e adolescentes, que é um trabalho
320 excelente, e que poderiam pedir para a próxima reunião ordinária uma apresentação
321 sobre o trabalho que vem sendo feito, inclusive do Mapear, que é um trabalho
322 excelente, e que o TST já vem com um programa de combate ao trabalho infantil e
323 estímulo à aprendizagem já há alguns anos. Ele declara que são dois atores que vêm
324 atuando efetivamente e que poderiam pedir uma apresentação. Em seguida, ele abre a
325 palavra para manifestações.

326 A Sra. Katerina Volcov afirma que é super favorável à presença de ambas as instituições
327 nas reuniões e que acha boa essa divisão entre reuniões ordinárias e extraordinárias,
328 assim como a divisão de tempo, mas que, na prática, ela tem a sensação de que vai haver
329 reuniões extraordinárias em que vão debater, vai haver colocações, por exemplo: sobre
330 o Regimento da Conaeti, fizeram uma reunião e, então pergunta se foi extraordinária ou
331 ordinária.

332 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que já tiveram duas ordinárias e que,
333 naquele momento, estavam tendo a segunda extraordinária.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

334 A Sra. Katerina Volcov comenta que a extraordinária foi a última do regimento e que a
335 regra pode ter essa existência, mas ela acha que não dá para colocar isso como uma
336 regra fixa. Existe esse preceito, mas, talvez aconteçam ocasiões em que tanto a PRF,
337 quanto o TST precisem estar em uma reunião extraordinária, por exemplo. Ou mesmo
338 vindo a participar em algum momento dos grupos de trabalhos como convidados.
339 Afirma que é só para ter isso no horizonte e ressalta a importância da participação das
340 duas instituições, pois, seguramente, elas têm muito a oferecer.

341 O Sr. Roberto Padilha Guimarães fala para a Sra. Katerina Volcov que, quanto ao grupo
342 de trabalho, ele não tem dúvidas, que é um trabalho técnico e tem que ser feito, e
343 quanto às reuniões extraordinárias, vão tentar, na medida do possível, tentar separar
344 as questões *interna corporis*, com reuniões só para discutir isso e outras questões, tanto
345 em ordinárias, quanto extraordinárias e que aí não seria mais essa divisão
346 ordinária/extraordinária seria mais uma divisão por tema, por exemplo: vamos discutir
347 temas técnicos do trabalho infantil? Ótimo. Vamos tratar só de coisas internas como
348 propostas de alteração do Regimento ou outras questões internas da Conaeti? Marcam
349 uma reunião para tratar mais dessas questões internas. Propõe que tentem pautar
350 assim, mas que, se houver alguma questão *interna corporis*, ele não vê nenhum
351 problema, mas que acha importante tentar colocar as pautas dessa forma, pois fica até
352 mais interessante para o grupo, pois já sabem se a reunião é para assunto interno, se é
353 para discutir a vida institucional em termos de organização ou se é para tratar das
354 competências materiais da Conaeti.

355 A Sra. Joélia Rodrigues dos Santos Aguiar cumprimenta todos e pede desculpa por ter
356 tido dificuldade de ingressar. Ela fala em nome da Central dos Trabalhadores e
357 Trabalhadoras do Brasil e explica que é suplente da Sra. Claudete Alves da Silva. Ela
358 afirma que conseguiu ingressar naquele momento e que está acompanhando a reunião.

359 O Sr. Roberto Padilha Guimarães dá as boas-vindas à Sra. Joélia Rodrigues dos Santos
360 Aguiar, e em seguida passa a palavra para o Sr. Wilson Correa de Araújo Neto.

361 O Sr. Wilson Correa de Araújo Neto fala ao Sr. Roberto Padilha Guimarães que considera
362 louváveis essas solicitações, tanto do Ministério Público do Trabalho, quanto do Tribunal
363 Superior do Trabalho, só que, na verdade, esta questão já foi inclusive superada, embora
364 o Regimento Interno não tenha sido aprovado ainda, ele está sob o crivo do Conjur do
365 Ministério, mas o artigo sexto, que já foi discutido no próprio Regimento, já contempla
366 essa possibilidade de a própria Conaeti poder convidar esses especialistas e
367 representantes de outros órgãos, inclusive, de entidades e organizações internacionais
368 para participar dessas reuniões, ele diz que não vê problema, e acredita que a discussão
369 já está superada e que concorda com a Sra. Katerina Volcov quanto à questão das
370 reuniões extraordinárias ou ordinárias e diz achar que eles podem ser convidados para
371 contribuir em todo e qualquer encontro.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

372 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que está perfeito e explica que o Regimento
373 Interno exatamente menciona que depende de deliberação do plenário e que, por esse
374 motivo, colocaram os requerimentos em pauta.

375 O Sr. Wilson Correa de Araújo Neto afirma que entendeu.

376 Em seguida, o Sr. Roberto Padilha Guimarães pergunta se há consenso sobre os dois
377 requerimentos. Todos concordam. O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que está
378 excelente e diz que se todas as reuniões fossem assim, poderiam nem chegar ao
379 intervalo, e que, claro, que vai haver outras reuniões em que terão que se estender. Em
380 seguida, ele passa para o último item da pauta e diz não saber se todos têm
381 conhecimento de que o Conanda publicou uma recomendação sobre a questão relativa
382 ao trabalho infantil. Ele pede à Sra. Luiza Carvalho Fachin para incluir o documento no
383 *chat*. Ele lhe pergunta se ela precisa que ele encaminhe o documento. A Sra. Luiza
384 Carvalho Fachin diz que está dando uma olhada para ver se ele já enviou ou não, mas
385 ela acredita que não. Após um breve silêncio, ela afirma que tem o documento sim.

386 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que o objetivo da Conaeti não é deliberar e nem
387 votar sobre manifestações e trabalhos de outros órgãos, mas que a Conaeti pode se
388 manifestar. Ele primeiro sugere que qualquer documento que se queira publicar, seja
389 de um sindicato, seja de um Ministério, que passe primeiro para a Conaeti se manifestar
390 e que, inclusive, isso está em suas competências. Explica que existem alguns pontos que
391 a Conaeti tem que zelar e que, sobre a iniciativa do Conanda, ele entende que foi
392 excelente, louvável, pois o tema do trabalho infantil tem que ser tratado dentro do
393 sistema de garantia de direitos e que, do ponto de vista geral, ele acha que o documento
394 ficou ótimo. Mas, que ele gostaria de comentar alguns pontos e afirma que o único
395 problema que ele achou é que o documento tem um ponto e fala que vai compartilhar
396 a tela ali na reunião.

397 A Sra. Luiza Carvalho Fachin comenta que o Teams não está permitindo colocar como
398 anexo e que então ela irá colocar no grupo da Conaeti.

399 Em seguida, o Sr. Roberto Padilha Guimarães pede que ela compartilhe o documento na
400 tela, pois o seu computador não está compartilhando pdfs.

401 A Sra. Luiza Carvalho Fachin pergunta se compartilhou e todos falam que sim.

402 Em seguida, o Sr. Roberto Padilha Guimarães pede para que ela coloque na terceira
403 página e prossegue dizendo que gostaria de comentar sobre os itens sete e oito e que
404 não comentará sobre o restante, pois está louvável, abrange a questão da aprendizagem
405 e outros aspectos também importantíssimos, como o papel do sistema de garantia de
406 direitos, a meta 8.7, ressaltando o trabalho infantil como uma violência. Ele afirma que
407 todos esses pontos são louváveis e por isso que ele só vai se ater aos pontos que achou
408 necessários refletir um pouco.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

409 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que o item sete menciona que "cabará aos
410 Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente a
411 criação de subcomissões para elaboração e monitoramento dos planos de
412 enfrentamento ao trabalho infantil, estruturando as diretrizes para o enfrentamento" e
413 tal. Ele explica que o problema que ele vê nesse ponto é que a Convenção nº 138
414 preconiza que a políticas nacionais de erradicação do trabalho infantil tem que ter, no
415 mínimo, uma participação tripartite, e que aqui no Brasil já temos um multipartismo,
416 pois há sociedade civil, sistema de justiça e tal e que o ponto que ela acha lendo ali, pela
417 sua experiência, nos conselhos de direitos da criança e do adolescente dos estados, por
418 exemplo, as superintendências regionais do trabalho não participam desse ponto. Disse
419 não saber se os sindicatos de trabalhadores e de empregadores participam. E menciona
420 que outro ponto que tem que ser observado, em se tratando de política nacional, é a
421 questão do tripartismo que é um pouco diferente daquela questão que discutiram no
422 Fórum porque o Fórum é uma entidade da sociedade civil e ele está falando da política
423 pública, e essa teria que respeitar as representações e o tripartismo e é o que a Conaeti
424 faz, que são seis, seis e seis. Ele menciona que acha que não caberia aos conselhos essa
425 questão de elaboração e monitoramento e que monitoramento sim, mas, elaboração
426 dos planos de enfrentamento, ele acha que caberia a comissões próprias relacionadas à
427 questão do combate ao trabalho infantil e que alguns estados já têm.

428 Em seguida, ele comenta que o outro ponto que ele destacaria seria o seguinte:
429 seguindo o exemplo da Conatrae, seria um ganho muito grande para a Conaeti trabalhar
430 fomentando comissões estaduais de prevenção e erradicação do trabalho infantil, que
431 alguns estados já têm e que até poderiam pôr em pauta a experiência do Rio Grande do
432 Sul que, inclusive, está elaborando um plano estadual de erradicação e ele acha que
433 poderiam fomentar e ter essa capilaridade a exemplo da Conatrae e das Coetraes e que
434 a Conaeti não tem hoje.

435 Ele cita que o segundo ponto é o ponto oito que menciona as subcomissões municipais,
436 por fluxos de atendimento no caso de trabalho infantil e que o problema é a questão de
437 fluxos e do plano que, para ele, seriam papel de comissão estadual e que o segundo
438 ponto é que a temática do trabalho infantil, por sua importância, ficar relegada a uma
439 subcomissão, dentro dos conselhos, e que, na sua militância, dentro do combate ao
440 trabalho infantil, incomoda-o um pouco. Ele acha que é um tema que poderiam
441 trabalhar para ter a comissão. E o outro ponto, pelo menos com a experiência do Rio
442 Grande do Sul, é que o plano estadual feito pela comissão estadual passa pelo conselho
443 estadual dos direitos das crianças naturalmente. Ele sempre passa. Os trabalhos feitos
444 pela comissão estadual passam pelos conselhos. Conclui dizendo que são os dois pontos
445 que ele acha que poderiam avançar talvez em outro sentido e que, sobre os outros
446 pontos, ele não teria mais nenhum comentário. Em seguida, ele abre a palavra.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

447 A Sra. Katerina Volcov fala que estava pensando e que vai fazer uma pergunta
448 principalmente para o pessoal do Direito presente na reunião sobre o regramento
449 jurídico: há a Convenção nº 138, há centenas de Recomendações de uma série de
450 organizações internacionais seja da infância, da saúde, do trabalho e assim, de modo
451 geral, no mundo, não são todos os países que cumprem as Convenções, estão aí os
452 coletivos, as Recomendações Periódicas Universais, enfim. Ela diz que entende e que o
453 pessoal do Direito poderá corrigi-la e explicitar melhor, pois o Estatuto da Criança e do
454 Adolescente preconiza que cabe aos conselhos estaduais, distrital e municipais dos
455 Direitos da Criança pensar sobre a política relativa a esse público específico. Daí o
456 entendimento que caberá aos conselhos estaduais, distrital e municipais nos Direitos da
457 Criança e do Adolescente e que a sua pergunta é se a Convenção nº 138 está acima do
458 Estatuto da Criança e do Adolescente e comenta que essa é uma primeira dúvida pois,
459 realmente, ela não é dessa área e entram questões inclusive nesses pontos que o Sr.
460 Roberto Padilha Guimarães apontou.

461 E prossegue afirmando que tanto nessas instâncias estaduais, quanto municipais, a
462 presença do Ministério, das Superintendências Regionais do Trabalho e também dos
463 seus funcionários poderem participar e então ela enfatiza que uma outra questão e que
464 é muito pontuada pelo próprio SINAIT e pelo próprio MTE que é a quantidade efetiva de
465 profissionais para atender toda demanda, seja trabalho infantil, seja trabalho escravo e
466 todas as violações de direitos na área trabalhista para colocar essa responsabilidade
467 também em cima da Superintendência Regional do Trabalho. Ela comenta que não está
468 querendo dizer com isso que não deveria haver participação, mas que a experiência do
469 Rio Grande do Sul, a localidade do Rio Grande do Sul é muito particular e pelo que ela
470 escuta e observa pelos Fóruns Estaduais é que cada localidade, cada região tem as suas
471 especificidades, as suas idiossincrasias. Ela acha que precisam observar com o devido
472 cuidado, o que não quer dizer que não dê para replicar, pois é possível replicar uma série
473 de iniciativas que acontecem no Rio Grande do Sul como, por exemplo, a aprendizagem
474 profissional rural promovida pelas EFAs do Sul, que são fantásticas. Mas que ela pensa
475 em termos de legislação e no porquê que desde que acontecem os planos, desde que
476 são elaborados os planos, quem os organiza são os Conselhos Estaduais. Então, ela
477 levanta a questão para as colegas e os colegas do Direito, ela acha que dali se pode
478 refletir ainda mais sobre o incômodo que o Sr. Roberto Padilha Guimarães apontou
479 nessa Recomendação.

480 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra para a Sra. Marta Volpi.

481 A Sra. Marta Volpi comenta que entrará um pouco nesse assunto, sem responder
482 completamente à questão da Sra. Katerina Volcov e explica que o ECA declara que um
483 dos princípios é a municipalização das políticas. Então, ela acha que por essa
484 preocupação em falar dos CMDCA's para que eles integrem porque há a questão do
485 desenvolvimento local e do fluxo e da política local. Ela acha que a inserção ali dessa



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

486 função também para os conselhos é para dizer que também não dá para fatiar os planos:
487 “esse plano aqui é da infância, é o Conselho vai fazer e monitorar e aquele não é, embora
488 fale com a infância”. Ela acha que foi na intenção de reunir, no Conselho que fala de
489 Direito de Criança e Adolescente, as questões relativas aos direitos de crianças e
490 adolescentes, incluindo o trabalho protegido e as situações de trabalho infantil e que
491 com relação a sobreposições de normas, ela acha muito interessante que, para além
492 disso, haja mecanismos que funcionem, então hoje como é que funciona nas regiões e
493 municípios? Quem é o dono, o comandante? Quem é que junta os órgãos para todos se
494 sentarem e pensarem em um plano? Ela acha que é de suma importância terem em
495 mente as diferenças regionais, pois há municípios tão pequenos que estão batalhando
496 para ter um Conselho Municipal com paridade nos termos do ECA. Enfatiza que é preciso
497 pensar neles e em como eles estão funcionando, além de trazer as representações
498 relativas ao trabalho, pois ela entende que o trabalho infantil tem as suas
499 especificidades diferentes de outras relações de violação de direitos de criança e
500 adolescente, mas pensando assim em ter gente bastante ligada a esses direitos de
501 criança e adolescente nesses comitês é fundamental. E conclui afirmando que o ECA diz
502 que é para ser pela municipalização porque a criança está lá no município e é preciso
503 envolver os órgãos de proteção municipais e que, quando falam em fluxo, uma das
504 preocupações que ela tem é a de pensar na diversidade do País. Então, falar de um fluxo
505 nacional para atenção a esses casos, deve-se imaginar que haverá localidades que não
506 terão uma série de serviços para que se façam esses encaminhamentos e então o que
507 que caberia à Conaeti no sentido de pensar nesse plano mais estratégico para esses
508 lugares. Finaliza agradecendo.

509 O Sr. Roberto Padilha Guimarães anuncia que irá comentar algumas questões: em
510 primeiro lugar, ele se dirige à Sra. Katerina Volcov e afirma que não é uma questão de
511 “qual é a norma que seria aplicada”. Para ele, seria uma harmonização das normas, e
512 afirma que concorda com que todas as políticas relacionadas têm que passar, já que está
513 expresso no ECA. Mas que isso se preenche, por exemplo, quando se aprova um plano
514 de erradicação do trabalho infantil, seja estadual ou até mesmo o plano nacional, ele
515 necessariamente tem que passar pelo Conanda ou necessariamente tem que passar
516 pelos Conselhos de Direitos e que o que ele quis dizer é a questão especialmente da
517 construção do Plano porque os Conselhos de Direitos têm inúmeras temáticas
518 trabalhadas e essa questão da temática do trabalho infantil ser o foco da atenção e isso
519 faz muita diferença para a organização de ações, para o envolvimento de determinados
520 atores que para o trabalho infantil são importantíssimos e para outros atores não são
521 importantíssimos. Então, por exemplo, a Cepeti do Rio Grande do Sul fez um trabalho
522 de uma série de discussões com a indústria do tabaco em relação ao trabalho infantil no
523 fumo. Uma discussão que realmente colocou em pauta esse problema grave, fizeram
524 audiências públicas porque até pouco tempo tinha dentro da política da Assistência
525 Social, por exemplo, a criação – se ele não se engana - das Comissões Intersetoriais,



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

526 chamavam as Comissões Estaduais de Erradicação de intersetoriais e as Comissões
527 Municipais também. Claro, que vão saber também da realidade brasileira de 5 mil
528 municípios e que não tem como, mas, por exemplo, nos municípios mais significativos
529 como São Paulo tem uma Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil muito
530 ativa e importantíssima. Porto Alegre tem também uma Comissão Municipal. Ele
531 comenta que, nas fiscalizações de combate ao trabalho infantil das quais participou,
532 muitas questões se resolviam dentro da Comissão Municipal de Porto Alegre, como
533 questões de articulação, de encaminhamento de crianças e adolescentes, de articulação
534 de políticas e que isso facilitava muito o trabalho. Então ele acha que não é uma questão
535 de sobreposição e sim de harmonização, e que pode haver a política da erradicação em
536 cada estado com uma comissão e que isso só foi fomentado só na época do MDS com a
537 questão das Comissões Intersectoriais, mas que poderiam fazer esse trabalho tomando
538 como exemplo o excelente trabalho da Conatrae e a capilaridade, porque não se tem
539 essa capilaridade hoje, e não violaria a questão do ECA porque realmente passa pelo
540 Conanda e pelas Comissões Estaduais. Ele explica que a ideia, em um primeiro
541 momento, seria a de fomentar essas Comissões Estaduais e que depois poderiam passar
542 para uma segunda fase de fomentar Comissões Municipais com um grau relacionado ao
543 trabalho infantil e aí e então, realmente dar uma capilaridade maior. Mas a questão não
544 é ser concorrente e sim harmonizado.

545 A Sra. Katerina Volcov fala que estava pensando nessa harmonização e acha que valeria
546 colocar na pauta do Conanda do mês que vem, enviar um Ofício via Conaeti para colocar
547 essas questões inclusive para ouvir os conselheiros porque pode ser que eles queiram
548 pensar junto, o Conanda junto com a Conaeti. E aí de repente se forma um terceiro
549 grupo de trabalho para pensar sobre isso. Ela comenta que parece que o presidente do
550 Conanda é aberto a essa possibilidade de conversa, de buscar pontos em comum e que
551 acredita que essa tenha sido a ideia apresentada pelo Sr. Roberto Padilha Guimarães.
552 Em seguida, ela pergunta à Sra. Marta Volpi, enquanto conselheira e representante do
553 Conanda, o que você acha disso.

554 A Sra. Marta Volpi pergunta se pode falar na sequência. Em seguida, ela comenta que
555 acha importante até porque, quando esse documento foi preparado, a Conaeti ainda
556 não tinha sido reconstituída. Ela acha que é o momento mesmo de conversar e opinar a
557 respeito. Ela comenta que o Conanda tem se preocupado muito com o fortalecimento
558 do ECA e que, dentro dessa perspectiva, e explica que não está falando a respeito de
559 trabalho infantil, mas de uma maneira geral pois, quando se fortalece o ECA, pensam
560 em todas as intersecções que a infância tem e que existe uma tendência em dividir e
561 essa é uma preocupação muito grande do Conanda. E afirma que pensar junto com o
562 Conanda vem no sentido de fortalecer o Direito e o Estatuto que foi criado. E finaliza
563 agradecendo.

564 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra para a Sra. Luísa Carvalho Rodrigues.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

565 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues fala que ouvindo as manifestações que foram feitas,
566 principalmente, sobre o que a Sra. Marta Volpi falou e pensando no contexto em que
567 foi expedida essa Recomendação e agora tendo essa rearticulação da Conaeti, ela acha
568 que se há essas preocupações com a forma de redação, como tudo isso vai se
569 harmonizar, ela diz imaginar que objetivo de todos é o mesmo, então, ela propõe tentar
570 unir as forças e que seria bem pertinente buscar, como Conaeti, essa articulação com o
571 Conanda para tentar harmonizar esses objetivos. Comenta que, no que diz respeito ao
572 Ministério Público do Trabalho, essa proposição de buscar esse fortalecimento e
573 instituição de comissões, estaduais, municipais de enfrentamento ao trabalho infantil e
574 fazer essa articulação, esse fortalecimento, por meio da Conaeti, foi aprovado pelo
575 colegiado da Coordinfância do MPT e que então, também se manifestam
576 favoravelmente a isso, pois, em sua visão, não são aspectos excludentes e acha
577 importante buscar essa articulação com o Conanda. Ela comenta que não sabe se a Sra.
578 Cláudia de Mendonça Braga Soares tem algo a complementar em sua manifestação de
579 MPT e que, por enquanto, é isso.

580 A Sra. Cláudia de Mendonça Braga Soares comenta que apenas gostaria de acrescentar
581 que a Sra. Katerina Volcov fez uma provocação jurídica, que demanda uma grande
582 reflexão na verdade, pois são pontos importantes e que ela acha que não tem como ter
583 um posicionamento açodado, e que precisam refletir sobre o assunto. Claro que tem
584 esses mecanismos de integração das Convenções no ordenamento jurídico interno,
585 questões de convencionalidade, de suprallegalidade e que há muita coisa para trabalhar,
586 se forem entrar nesse mérito jurídico. Ela reafirma que são questões sobre as quais
587 realmente precisam refletir e que, em relação à legalidade, essa parte técnica e a outra
588 parte que foi muito tocada, que é em relação a essa parte operacional e o que seria mais
589 benéfico: essa postura de exclusão dos espaços ou uma postura de integração nesses
590 espaços dialógicos locais que são importantes inclusive para operacionalizar. Comenta
591 que sabe que o nacional vai ficar no âmbito mais macro e que também precisam desses
592 espaços locais que são os braços de atuação que chegam lá na ponta e que capilarizam.
593 Ela comenta que ouviu bastante e que vai refletir em relação a isso e que precisam
594 amadurecer um pouco mais e que esse contato com o Conanda será essencial. Finaliza
595 dizendo que só queria colocar essas questões.

596 O Sr. Roberto Padilha Guimarães, fala que está ótimo e que vai abrir a palavra para a
597 Sra. Joélia Rodrigues dos Santos Aguiar.

598 A Sra. Joelia Rodrigues dos Santos Aguiar pergunta ao Sr. Roberto Padilha Guimarães
599 sobre o que ele colocou a respeito do documento se os sindicatos dos trabalhadores e
600 as superintendências regionais do trabalho também vão participar, pois parece que não
601 está no texto.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

602 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que depende e que, de acordo com a sua
603 experiência, o sindicatos não estariam participando nos conselhos estaduais e que por
604 isso apontou a questão dos atores tripartites que seriam uma parte importante aí no
605 diálogo social e na discussão dos temas relacionados ao trabalho infantil. E comenta
606 que, antes de chamar a Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo para se manifestar, acha
607 perfeita a manifestação da Sra. Marta Volpi e da Sra. Katerina Volcov e que realmente
608 tem que começar esse diálogo, começar a buscar e a trabalhar com estratégias
609 conjuntas e que também podem trazer boas práticas de alguns estados. Comenta que
610 possuem os dois extremos: os que fizeram trabalho nesse sentido, como o Rio Grande
611 do Sul e o Amapá, que foram dois estados que fizeram trabalhos muito parecidos e que,
612 no Rio Grande do Sul, a integração entre o Conselho de Direitos e a Comissão Estadual
613 é fantástica. E explica que os representantes do Conselho de Direitos participam dentro
614 da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. Ele comenta que o caminho
615 é a integração e que podem iniciar um diálogo direto com o Conanda e que ele se
616 compromete a encaminhar o ofício e que também podem trazer essas boas práticas até
617 para todo mundo entender como é que funciona nesses estados. Explicou que conversa
618 muito com colegas de outros estados e que comenta com eles: "olha, gente, eu acho
619 que eu estava no paraíso" porque havia uma Comissão Municipal que resolvia muita
620 coisa para ele diretamente, sem precisar mandar Ofício, e que tem uma Comissão
621 Estadual que também era ativa e que isso facilitou muito a sua vida em suas ações fiscais.
622 E cita um exemplo: na Expointer, que é uma feira agropecuária grande que tem no Rio
623 Grande do Sul, existia um foco gigantesco de trabalho infantil e é uma feira de âmbito
624 estadual, logo, não tem como deixar para o município de Esteio, que é um município
625 pequenininho do Rio Grande do Sul, resolver esse problema e, esse problema foi
626 resolvido através de uma articulação ampla, com a Comissão Estadual, o Ministério
627 Público do Trabalho, com todos trabalhando juntos, a federação dos trabalhadores na
628 agricultura, e, salvo engano, inclusive a parte patronal. Conclui dizendo que todos
629 trabalharam juntos e que hoje a Expointer é um exemplo de evento no qual
630 praticamente inexistente trabalho infantil e graças a esse trabalho conjunto que só foi
631 possível por causa desse eixo de articulação da Comissão Estadual. Em seguida, ele passa
632 a palavra para a Sra. Marta Volpi.

633 A Sra. Marta Volpi diz querer concordar com o Sr. Roberto Padilha Guimarães e que
634 precisam fazer com que as coisas aconteçam e funcionem e se vai ser na sede da
635 Comissão Estadual, se vai ser no CMDCA, enfim, alguém precisa se responsabilizar pelo
636 funcionamento do Plano, primeiro pela existência, depois pelo funcionamento, pelo
637 monitoramento. Ela afirma que ele tem razão, pois tem lugar em que o município
638 sozinho não vai conseguir, vai precisar de uma força maior. Há uma diversidade muito
639 grande no país e que precisarão chamar esses órgãos e essas entidades para compor e
640 se responsabilizar pelo combate e pela erradicação do trabalho infantil. E agradece.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

641 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que está perfeito e, em seguida, passa a palavra
642 para a Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo.

643 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo pede para tirar uma dúvida e comenta que ela
644 e os colegas das confederações só tiveram acesso à Recomendação agora e que não
645 puderam ler o documento na sua totalidade. Então, ela pergunta se estão apenas
646 comentando sobre a Recomendação e que o Sr. Roberto Padilha Guimarães até falou
647 até dos itens 7 e 8, ou se haverá alguma deliberação acerca dessa Recomendação.

648 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que a ideia não é a deliberação, mas somente
649 colocar o tema em pauta, já que apareceu na Recomendação e que só o fato de a Conaeti
650 iniciar esse diálogo com o Conanda sobre esses pontos, exatamente sobre o que está
651 sendo conversado, buscando esse ponto de intersecção já é válido para começarem a
652 construir questões concretas e que o objetivo não é deliberar ou aprovar qualquer coisa.

653 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo diz que também entende que, a título de
654 poderem falar alguma coisa, indicar ou argumentar a respeito da própria Recomendação
655 como todos os presentes estão fazendo, teriam que ter lido o documento anteriormente
656 e que não puderam se pronunciar e falar acerca do documento porque não tiveram
657 acesso antes.

658 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que está ok e tranquilo. Em seguida, pergunta se
659 há mais alguma manifestação. Como ninguém se manifestou, ele dá continuidade e diz
660 que só vai deixar um encaminhamento com relação à última questão: vão encaminhar
661 um Ofício para o Conanda para iniciar esse diálogo e colocar em pauta esse tema e que
662 se compromete a encaminhar, marcar uma reunião e verificar quem quer participar. Ele
663 fala para a Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo que, nesse meio tempo, eles podem
664 ficar à vontade para tomar pé do documento e pede desculpa por não ter sido
665 encaminhado antes e que a sua ideia era já ter encaminhado, mas foram ultrapassando
666 outras pautas e essa ficou para trás. Explica que encaminharão o Ofício e que informarão
667 sobre eventual reunião agendada e quem gostaria de participar para poder conversar e
668 enriquecer o debate. Em seguida, ele passa a palavra a Sra. Ana Carla Costa Rocha.

669 A Sra. Ana Carla Costa Rocha cumprimenta todos e fala que só a título de informação já
670 que iniciarão esse diálogo com o Conanda, que é de fundamental importância para que
671 avancem na construção dessa política de enfrentamento, ela explica que fará parte de
672 um grupo que debaterá uma proposta de minuta entre o Conanda e o Conselho Nacional
673 de Assistência Social sobre a questão do enfrentamento do trabalho infantil e que um
674 dos pontos, que já tinham levantado, é a importância do envolvimento da Conaeti. E
675 que então ela vai participar amanhã, em função das medidas socioeducativas, e que
676 haverá outro grupo que vai trabalhar nessa perspectiva, ela fala que o posicionamento
677 da Conaeti é o mesmo posicionamento que foi para essa Recomendação e será também
678 para esse do Conselho Nacional de Assistência Social. Disse achar muito prematura



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

679 qualquer proposta de Resolução que não passe pela Conaeti e que não aguarde a
680 formação do fluxo nacional e os resultados do PRODOC com a OIT. Explicou que o seu
681 posicionamento tem sido esse. Comenta que, na Recomendação, conseguiu debater
682 muito com o Conanda e que fizeram diversos apontamentos, que vários foram acatados
683 e que foi muito produtivo, muito rico. E conta que, inclusive, a proposta era de uma
684 Resolução e que conseguiram chegar em comum acordo. Conclui dizendo que, só a título
685 de informação, haverá esse encontro e que farão novamente esse movimento de
686 recomendar que a Conaeti seja informada, seja envolvida para que não tomem decisões
687 separadamente deste Conselho Nacional.

688 O Sr. Roberto Padilha Guimarães fala que está perfeito e pergunta aos colegas se há
689 mais alguma manifestação. Como ninguém se manifesta ele comenta que venceram a
690 pauta e que nem precisaram do intervalo regimental. Em seguida, passa a palavra para
691 a Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo.

692 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo diz que chegou um pouco atrasada e pergunta
693 ao Sr. Roberto Padilha Guimarães se foi deliberado algo a respeito do GT do plano de
694 ação.

695 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que sim: do plano de ação e do fluxo.

696 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo pede perdão porque ela só conseguiu entrar
697 no do fluxo. Ela pergunta quantos componentes dos empregadores haverá no GT do
698 plano.

699 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que a composição dos dois GTs ficou a
700 mesma: um representante dos trabalhadores e um dos empregadores.

701 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo diz que era somente isso que ela queria saber
702 e agradece.

703 O Sr. Roberto Padilha Guimarães fala então que, como não há mais comentários, foi
704 vencida a pauta e que não precisaram do intervalo regimental e que irão se ver no dia
705 17 e que, antes disso, será encaminhada a pauta da próxima reunião e que vai dar
706 andamento ao que foi deliberado na reunião. Comentou que depois ele vai conversar
707 com a Sra. Ana Carla Costa Rocha sobre a questão do GT, para que possam trabalhar na
708 mesma sintonia. Em seguida, agradece a todos pela presença e encerra a reunião.